



Negociações Mercosul e CAN *



Brasil tem opções diferenciadas para a integração

Trechos da entrevista do Embaixador Celso Amorim - Ministro de Relações Exteriores do Brasil à Gazeta Mercantil (03/09/03).

Há uma semana da assinatura do acordo de livre comércio feito entre o Peru e o Mercosul, o chanceler Celso Amorim está mais convencido, agora, da viabilidade do modelo de integração que o governo pretende seguir na América do Sul, sem deixar de negociar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Por exemplo, um acordo entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercosul. Se podemos negociar com a

“Com os outros países latino-americanos em desenvolvimento não precisamos da ALCA para negociar. Podemos fazer coisas maiores, independentemente da ALCA.”....“Com os EUA, Canadá, União Européia (UE) a relação é de outro tipo”.

O chanceler disse que o Perú, com uma estrutura tarifária mais semelhante à do Mercosul que à do Chile, poderia ter uma integração plena com o bloco do Cone Sul, com uma tarifa externa comum (TEC). "O Mercosul teria que ter um nome diferente - **Americosul** ou, como o próprio presidente Alejandro Toledo se referiu, **Comunidade Sul-Americana de Nações**.

Ele rebate a crítica de que o **Brasil pode ficar isolado se não negociar a ALCA**, enquanto a Colômbia e o Peru ensaiam uma negociação bilateral com os EUA, o Chile continua negociando mais tratados e o México já conta 34 acordos. "isolados de que? Na América do Sul estamos com um processo de fortalecimento do Mercosul, de integração sul-americana, temos negociado com a Índia, com a África do Sul.

África do Sul, podemos negociar com o Caribe, com a América Central. Nada disso se com-trapõe à ALCA. É um certo modelo de ALCA que temos que acertar.

Nós podemos ir mais fundo, com compromissos de financiamento e de integração física, com países do mesmo nível de desenvolvimento, aproximadamente, do que podemos ir com os EUA, explicou o Ministro das Relações Exteriores.

Ele falou várias vezes nisso". De acordo com o ministro brasileiro, entretanto, uma eventual união entre o Mercosul e a CAN não excluiria o resto da América Latina. Mesmo o Brasil, não é um pólo de imantação suficiente para a América Central e para o México. Mas se o conjunto da América do Sul estiver unido, haverá um pólo de imantação bastante considerável.

O acordo CAN-Mercosul, será discutido em reunião ministerial extraordinária do Mercosul no dia 7 de outubro, em Lima.

Nesta sexta-feira, vem o ministro sul-africano do Comércio e Indústria, Alec Erwin, para nos coordenarmos com relação a Cancún (reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio - OMC -, de 10 a 14 deste mês) e para discutir integração. Continuamos negociando com os EUA, com a UE e estamos dispostos a um acordo quatro mais um com o Canadá."

Há países que, por sua dimensão ou sua situação geográfica, podem pagar um preço que nós não podemos pagar", disse Amorim. Ele acrescentou que haverá "um quatro mais um *aladiano* (nos termos da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) com o Peru, coisas que a ALCA não vai permitir. Porque os países desenvolvidos não podem se beneficiar da cláusula de habilitação (foi negociada na Rodada Tóquio

do GATT e é a base jurídica do Sistema Geral de Preferências, outorgado pelos países desenvolvidos aos demais países). Com a CAN, será um acordo quatro mais cinco, que pode se harmonizar num espaço economicamente integrado da América do Sul, diferentemente do quatro mais um com o Canadá". O chanceler brasileiro diz que o acordo do Mercosul com os andinos envolverá integração física.

Interesses com a Colômbia

"Mesmo sem acordo ainda, veja o que está se passando com a Colômbia em um setor específico. Há conversas entre empresários e envolvendo o BNDES para que o Brasil participe da produção açucareira na Colômbia, porque o açúcar pode até substituir outros cultivos. E os colombianos tornaram obrigatório um certo percentual de álcool na gasolina", diz Amorim. "Na medida em que legislações como estas se difundam, o mercado geral para o açúcar e o álcool vai aumentar. Muitos dos problemas que a gente tem hoje até desaparecem. Você pode entrar nos mercados com máquinas agrícolas, tecnologia, pode entrar com serviços ligados àquele setor".

Perguntado se esse movimento com a Colômbia já faz parte de um futuro acordo Mercosul-CAN, o chanceler disse que "tudo está ligado. É preciso haver benefícios concretos. Há dez anos, no governo Itamar, quando tínhamos a idéia da Alcsa (Área de Livre Comércio Sul-Americana), havia

estatísticas, hipóteses... agora há coisas concretas, muito imediatas, que vão criar até hipóteses de possibilidades de corredores de integração, envolvendo não só integração física, mas linhas aéreas. Uma das coisas que foi acertada com o Peru é isentar os vôos regionais das taxas cobradas dos vôos internacionais, tratá-los como se fossem vôo nacionais. No acordo com o Peru a coisa já está praticamente toda feita. Haverá 60 dias para a conclusão dos anexos, que tratam de tarifas, dos ritmos de desgravação um pouco diferenciados, é onde entra aquela visão das assimetrias".

Dezembro, a data prevista para o acordo Mercosul-CAN, "parecia até irrealista", mas com a conclusão do acordo com o Peru tornou-se mais provável. "Até porque ele pode servir de modelo, no caso de nossas duas economias menores, e do Equador. Você tem agora um modelo de como lidar com as diferenças". *Gazeta Mercantil, Marilena Tachinardi, (03/09/03).*

Acordo quer tornar região 4º pólo mundial

Ao desembarcar hoje no Peru, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará pondo mais um passo no projeto de integração sul-americana, prioridade de seu governo que vai muito além de intenções anteriores com propósito igual, mas que acabaram nos arquivos mortos da diplomacia brasileira.

Lula tentará fechar em Lima um acordo comercial entre o Peru e o Mercosul, uma fatia de um desenho cujo ponto de chegada é construir o que seria o quarto pólo econômico mundial.

É assim que o processo de integração é visto por Darc Antônio da Luz Costa, vice-presidente do BNDES, o banco de fomento que se transformou em uma espé -

espécie de vanguarda ideológica e financeira do projeto.

A ambição é a marca da definição dada pelo outro braço ideológico-operacional do projeto, o chanceler Celso Amorim: "Buscamos uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera, não só por solidariedade, mas também por interesse, porque o bem-estar e o progresso de nossos vizinhos fomentam nosso próprio bem-estar e progresso".

O teorema em que se assenta o projeto funciona assim, na descrição de Darc Costa : 1) "A idéia da regionalização é mais forte que a da globalização, como o demonstram os fluxos comerciais, financeiros e

nológicos"; 2) "Criaram-se, nos últimos 20 anos, três pólos, o da América do Norte, o europeu e o complexo asiático. O Brasil ficou de fora, mas tem massa crítica para uma polarização em torno dele"; e 3) "O processo passa necessariamente por uma aliança Brasil-Argentina - Venezuela. Se houver tal aliança, o resto vem por gravidade".

Demonstrado o teorema, o BNDES está pondo dinheiro nele. Há US\$ 1 bilhão para financiar a exportação de produtos brasileiros à Venezuela, país que faz só 6% do seu comércio com o Brasil.

A expectativa é que aumente para 30% ou 40% com a integração sonhada. "Só a rodovia Manaus/ Caracas já permitiu aumentar em US\$ 750 milhões o comércio Brasil/Venezuela", exemplifica o senador Aloizio Mercadante, líder do governo no Senado e um dos entusiastas do projeto.

Outro US\$ 1 bilhão está reservado para reativar os CCRs (Convênios de Crédito Recíproco) com a Argentina. Trata-se de mecanismo pelo qual os dois países trocam mercadorias usando suas próprias moedas, até fazer o acerto após três meses, aí sim utilizando moeda forte (no caso, o dólar).

O CCR pode ser uma solução integracionista, mas é também um problema ou, ao menos, uma indicação das dificuldades que o projeto encontra. No caso, dificuldade interna: o Banco Central não gosta, por ideologia ou por comodismo, da idéia de abandonar o dólar nas transações comerciais.

Uma segunda dificuldade, interna como externa, está dada pelo ceticismo em relação à integração regional. Reage, por exemplo, Ricardo Hausmann, ex-ministro venezuelano, ex-funcionário do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e, hoje, professor de Prática do Desenvolvimento Econômico na Escola John

F. Kennedy de Governo (Harvard): "O Pacto Andino morreu. Hugo Chávez [o presidente venezuelano] moveu-se em direção ao Mercosul, mas Colômbia e Peru querem integrar-se aos Estados Unidos. O Brasil vai é acabar ficando isolado, porque também os países centro-americanos preferem os Estados Unidos".

A alusão ao Pacto Andino se deve ao fato de que a integração sul-americana passou a ser uma sociedade entre o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e o Pacto Andino ou Comunidade Andina de Nações (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Só falta, nos dois, o Chile, uma espécie de livre-atirador, que já é Estado associado ao Mercosul, mas tem acordo de livre comércio com os Estados Unidos.

Concorda, ao menos parcialmente, o pesquisador brasileiro Fernando Sarti, da Unicamp: "É um projeto que interessa ao Brasil e ponto".

Darc Costa, do BNDES, quer romper essa lógica da atração fatal que os Estados Unidos exercem sobre a América do Sul (e a América Latina em geral), usando argumentos que tentam desmanchar a baixa auto-estima dos latino-americanos. "A América do Sul é auto-suficiente em praticamente tudo. De alimentos a petróleo, passando pelo carvão, que tem mas não usa."

Em uma região potencialmente tão rica, o Brasil já tem algumas características de pólo aglutinador, nas contas de Darc Costa: "É o segundo maior mercado do mundo para helicópteros e jatos executivos. Faz mais sapatos que França e Itália juntas". "Lá por 1950, ninguém diria que a integração européia era viável. Mas funcionou", lembra Brad Setser, pesquisador de Assuntos Internacionais do Council on Foreign Relations, de Nova York. (*Folha de São Paulo*, 24/08/03)

Coesão de novo bloco é questionada

No fundo, o projeto brasileiro de integração sul-americana é o relançamento de uma idéia que o chanceler Celso Amorim apresentou na sua primeira passagem pela Chancelaria, durante o governo Itamar Franco: criar a Alcsa (Área de Livre Comércio Sul-Americana), como uma espécie de contraponto à Alca (Área de Livre Comércio

das Américas, que englobará os 34 países americanos, menos Cuba).

É verdade que, agora, o governo nega qualquer contraposição. Por muito que defenda a integração no Sul, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), por exemplo, jura que, "em nenhum momento, o governo está deixando de lado os demais países".

Mas é indisfarçável a sensação de que tentativa de criar um pólo sul-americano ou é um contraponto à Alca ou, no mínimo, uma forma de tornar mais forte a voz do Sul na negociação com os EUA. Funciona?

Na área empresarial, a resposta é claramente não. Sandra Rios, especialista em comércio internacional da CNI (Confederação Nacional da Indústria), não vê "comunhão de interesses abrangente" entre países andinos e o Brasil/Mercosul.

Cita o caso da Colômbia, que tem agenda bem diferente da brasileira em matéria de serviços e investimentos, por exemplo, dois dos itens que compõem a pauta de negociações da Alca.

Roberto Teixeira da Costa conta que, em reunião promovida pelo Ceal (Conselho de Empresários da América Latina), a ministra colombiana da Defesa, Marta Lucía Ramírez, foi muito clara ao dizer que o destino colombiano "está mais que nunca ligado aos EUA".

Conclusão de Teixeira da Costa: "Entre olhar para o Norte ou para o Sul, esses países todos vão olhar para o Norte, na expectativa de obter melhores resultados".

Reforça Peter Hakim, presidente do "Diálogo Interamericano", centro de estudos com base em Washington: "Os EUA são o grande mercado ao qual os exportadores latino-americanos querem ter acesso e são, de longe, a maior fonte potencial de investimento e de novas tecnologias".

Hakim não acredita nem mesmo na hipótese de que uma América do Sul unida possa ter mais força na negociação com Washington:

Multinacionais apóiam projeto de integração

Um fator que tende a facilitar o projeto integracionista é o que Fernando Sarti, pesquisador da Unicamp, chama de "convergência de interesses entre o governo e as empresas", em especial as grandes multinacionais.

Explica Sarti que as filiais das empresas estrangeiras e mesmo algumas firmas nacionais fazem uma divisão regional do trabalho, o que lhes dá "forte e crescente participação na pauta de comércio exterior". Dados do Banco Central, segundo Sarti, mostram que 60% a 70% do comércio é intrafirmas. "Procurar agilizar e fortalecer

"Qualquer concessão que os Estados Unidos farão nas negociações regionais estarão limitadas por questões domésticas e pelas negociações globais paralelas. Tais limitações não mudarão por causa da integração regional. Além disso, é improvável que os EUA façam mais concessões a uma América do Sul integrada do que ao Brasil sozinho".

Brad Setser (Council on Foreign Relations) segue mais ou menos a mesma trilha: "Uma posição negociadora comum de todos os países sul-americanos poderia fortalecer a liderança regional brasileira, mas suspeito que o Brasil é grande o suficiente para ter peso negociador substancial por si próprio frente aos EUA".

Fecha o círculo Gary Clyde Hufbauer, do IIE (Instituto para a Economia Internacional, também com sede em Washington), um dos maiores especialistas em comércio global.

Para ele, a integração sul-americana só fortaleceria a posição do Sul nas negociações com os EUA se "os países sul-americanos falassem com uma só voz, como o faz a União Européia em negociações comerciais globais.

Há até quem veja o risco de que a integração enfraqueça, em vez de fortalecer, o Brasil e o Mercosul. Caso de Alfredo Valladão (Instituto de Estudos Políticos de Paris): para ele, o atrativo do Mercosul é o fato de representar um pólo de estabilidade democrática na América do Sul. "Mesclar-se a Chávez, Colômbia, Equador e Peru significa importar toda essa instabilidade", completa.

(Folha de São Paulo, 24/08/03)

esses fluxos de comércio e de investimento nada mais é que sancionar esse padrão", conclui o pesquisador da Unicamp.

Coincide, ao menos em parte, com avaliações obtidas pela **Folha** em áreas empresariais. Sandra Rios, por exemplo, especialista em comércio internacional da CNI (Confederação Nacional da Indústria), conta que os setores exportadores, em particular os industriais, têm manifestado muito interesse pelos países andinos.

Com certeza eles apoiariam investimentos em infra-estrutura, um dos três capítulos em que se desdobra o projeto de integração. Os

outros são: financiamento ao comércio, tema que divide o empresariado, e montagem de arranjos produtivos regionais, de forma a dar escala a setores produtivos, não só com vista ao mercado regional, mas também para exportar para além da região.

Discorda, no entanto, Roberto Teixeira da Costa, presidente do escritório paulista do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) e um dos empresários de maior quilometragem rodada nas estradas das discussões globais e regionais: "Os mercados andinos são pequenos. Interessam apenas a nichos de negócios". Cita o caso da fabricante de carrocerias Marcopolo, que já ocupa, há anos, posição relevante nesse mercado e também no centro-americano.

Igualmente cético é Alfredo Valladão, responsável pela cátedra Mercosul da Sciences Po, o Instituto de Estudos Políticos de Paris: "Não é o mercado andino que vai mudar a face do comércio exterior brasileiro".

Obstáculo à integração tão ou talvez mais importante do que o pequeno tamanho do mercado andino é a carência de infraestrutura física. Para começar a enfrentá-la, o BNDES reuniu, no Rio, há três semanas, representantes de 12 países, que listaram, cada um, seus dois projetos prioritários.

No total, custarão entre US\$ 4,5 bilhões e US\$ 5 bilhões, financiados parcialmente (entre 40% e 70%) pelo próprio banco brasileiro e também pela CAF (Corporação Andina de Fomento, uma espécie de BNDES dos Andes).

Se der certo, começa a ser superado o obstáculo apontado por Brad Setser, o pesquisador norte-americano que faz comparações entre a integração europeia e a sul-americana: "Os Andes e a região amazônica são um fator de divisão muito maior do que qualquer coisa que a Europa tenha enfrentado". (*Folha de São Paulo*, 24/08/03)

La CAN defiende negociaciones con Mercosur

El Secretario General de la Comunidad Andina (CAN), Guillermo Fernández de Soto, defendió las negociaciones del bloque andino con el Mercosur para suscribir un acuerdo de libre comercio a fin de año. Fernández de Soto reiteró su confianza en las posibilidades de suscribir el acuerdo entre ambos bloques sudamericanos, que integran Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela por los andinos y Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay por el Mercado Común del Sur (Mercosur). El también ex canciller colombiano hizo estas declaraciones a raíz de las recientes palabras del presidente de Venezuela, Hugo Chávez, en el sentido de que intentaría una negociación individual con

el Mercosur, en caso de que fracasen los diálogos con la Comunidad Andina.

Fernández de Soto afirmó que ahora le corresponde al Mercosur "brindar una respuesta a la Comunidad Andina", después de que el grupo presentara una propuesta en la última reunión del pasado 4 de agosto en Montevideo. El secretario de la CAN indicó que la propuesta comunitaria está enmarcada en el propósito de construir un Espacio Suramericano, que abarque la integración comercial, el diálogo político, la defensa de las instituciones democráticas, la integración física, la cooperación financiera, la protección al medio ambiente y el desarrollo humano. (*El Universal/Venezuela*, 24/08/03)

El Perú solo firmará TLC con Mercosur si todos se benefician

El ministro de Comercio Exterior de Perú, Raúl Diez Canseco, reveló que no se sabe si el TLC será firmado durante la visita del presidente brasileño Lula da Silva. Las negociaciones no han concluido y se ha previsto trabajar hasta el sábado. "Si hay luz al final del túnel firmaremos, y si no se habrá hecho un avance importante", dijo. Para el ministro, lo más importante es que Brasil nos vea como un socio estratégico. "Estamos lo suficientemente activos, pero no por ello vamos a regalar nuestro territorio en condicio-

nes desventajosas. Brasil sabe, igual que el Perú, que un TLC debe ser ventajoso para ambas partes", agregó. Respecto al TLC, dijo que no hay ninguna posibilidad de incluir la zona franca de Manaus, pues automáticamente el Perú tendría que otorgar las mismas facilidades a las zonas francas de los demás países del Mercosur y de la Comunidad Andina. El Perú se convertiría en una coladera, precisó. Pero este no sería el principal obstáculo. La pelota está en la cancha de Uruguay, dijo al referirse a la dura

posición de este país en el tema del certificado de origen. "El Perú no puede aceptar que ingresen, como producto del

Mercosur, confecciones de telas chinas", aseguró.. (*El Comercio/Peru*, 22/08/03)

Brasil insiste en incluir zona franca de Manaus en acuerdo Perú-Mercosur

El embajador de Brasil en Perú, André Amado, afirmó que la zona franca de Manaus de Brasil debería ser incluido en el acuerdo Perú-Mercosur porque su producción no compite con la industria peruana. Dijo que más bien habría una complementación industrial entre Manaus y los departamentos

(*Gestion/Peru*, 21/08/03)

de frontera del Perú, ya que por ejemplo, la zona franca es escasa en productos alimenticios y minerales. Amado precisó que la gestión de Manaus es contraria a la de las zonas francas en general porque no es un "free shop", sino un polo industrial que produce bienes que Perú no produce.

Colombia y Venezuela miden amenazas comerciales del ALCA

Colombia y Venezuela perderían mutuamente porciones importantes de sus mercados cuando entre en vigencia el Área de Libre Comercio de las Américas, además de enfrentar un riesgo común: la producción estadounidense, que se liberaría del pago de aranceles al concretarse el ALCA. Esas son algunas conclusiones que se desprenden del estudio Estrategias y escenarios en el comercio con Venezuela realizado por la Cámara Colombo-Venezolana, en el que se destaca que con el intercambio bilateral se han conformado cadenas competitivas que se verían amenazadas por acuerdos como el ALCA y Mercosur, por la competencia de Estados Unidos y Brasil.

Colombia está comprometida en las

negociaciones del ALCA, pero al mismo tiempo busca firmar un acuerdo bilateral con Estados Unidos a finales del próximo año. Sin embargo, las cifras de la Cámara Colombo-Venezolana deben servir, como lo dijo su presidenta, M. Luisa Chiappe, como elementos de juicio adicionales para las negociaciones comerciales en curso. El ministro de Comercio, Jorge Humberto Botero, se comprometió a estudiar con "sumo cuidado" el documento de la Cámara, reconociendo que en el Gobierno hay claridad de que las estructuras productivas de los dos países son complementarias y que el intercambio bilateral se ha visto favorecido por la inexistencia de aranceles en la CAN.

(*El Tiempo-Colombia*, 21/08/03)

Posición de Uruguay en normas de origen dificulta negociación de Perú con Mercosur

El Ministro de Comercio y Turismo de Perú, Raúl Diez Canseco, manifestó que la visita del mandatario brasileño no está supeditada a la firma del referido acuerdo. Explicó que las negociaciones enfrentaron dos problemas principales. El primero de ellos es la intención de Brasil de incluir a la zona franca de Manaus dentro del acuerdo y, según el ministro, se está logrando sacar este tema de las negociaciones. Diez Canseco señaló que actualmente uno de los principales escollos en estas negociaciones es la posición de Uru-

guay, principalmente sobre la utilización de requisitos específicos de origen, que podrían afectar a los textiles y confecciones peruanos, por ejemplo. Mencionó que se ha observado una actitud dura en este tema tanto del canciller como del presidente uruguayo. Comentó que la importancia de este país radica en que tiene la Secretaría Protempore del Mercosur, es decir, si este país no firma el acuerdo, los otros países tampoco lo harán. (*Gestion/Peru*, 21/08/03)

Perú y Colombia pedirán revisar arancel común

El ministro peruano de Comercio Exterior de Perú, Raúl Diez Canseco, anunció que en la próxima reunión de la Comisión de la Comunidad Andina (CAN), a realizarse en Lima, Perú y Colombia presentarán una soli-

citud formal a la CAN para revisar el Arancel Externo Común (AEC), sobre todo las partidas que van a subir de arancel a partir del próximo año. Recordó que la propuesta peruana sobre este tema siempre fue bajar

los aranceles y mencionó que ahora Colombia tiene la misma filosofía de no subir los aranceles. Reiteró que esta propuesta busca no subir los aranceles a 150 partidas que comprende principalmente a los electro-domésticos. "Debemos tomar conciencia de que se que el país debe ser más competitivo".

El titular del Mincetur fue claro en señalar que si vamos a negociar un TLC con EEUU no podemos tener como carta de presentación el haber subido aranceles, tal como se dispone con la aprobación del AEC, el mismo que entrará en vigencia a partir del 1 de enero. *(Gestion/Peru, 20/08/03)*

Argentina y Venezuela firmaron pactos de comercio bilateral

Los presidentes de Argentina y Venezuela firmaron este martes varios acuerdos de comercio bilateral y renovaron sus críticas a la política económica neoliberal. Néstor Kirchner y Hugo Chávez, de visita en Buenos Aires, suscribieron varios pactos que establecen una fuerte inversión por parte de Venezuela para abrir en Argentina medio centenar de gasolineras de la petrolera estatal venezolana Pdvsa. A cambio, Argentina le venderá de manera directa carne, leche y tecnologías varias, entre ellas el mejoramiento de razas bovinas y la instalación de gas vehicular.

"Impulsaremos en beneficio de nuestros respectivos pueblos la cooperación en áreas básicas que hacen a nuestro desarrollo independiente, tales como la energía, la agricultura, la alimentación, la aeronáutica, el uso pacífico del espacio extraterrestre y la medicina nuclear", dijo Kirchner durante una conferencia en casa de gobierno después de firmar los acuerdos. Por su parte, Chávez agradeció la recepción del Gobierno argentino y se comprometió a seguir uniendo los lazos entre su país y el bloque económico Mercosur que integran Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay. *(Universal/Venezuela, 19/08/03)*

Destacan coincidencias entre Argentina, Brasil, Chile y Venezuela

La visita del presidente Hugo Chávez a Buenos Aires pone de manifiesto el "alineamiento inédito" entre Argentina, Brasil, Chile y Venezuela, destacó el canciller argentino, Rafael Bielsa. El gobierno argentino está decidido a multiplicar el comercio exterior y la llegada este domingo de Chávez "se enmarca en esta voluntad política", afirmó Bielsa en una entrevista que publica el diario "Clarín". "Sería feliz si al dejar la Cancillería nuestras exportaciones se hubieran duplicado.

En 2003 crecerán 15 por ciento, mitad por precios y mitad por volumen. Tratamos de entrar a todos los mercados posibles, en particular fortaleciendo el vínculo sudamericano", remarcó el ministro. Bielsa afirmó que "lo importante, en perspectiva, es el alineamiento inédito entre Brasil, Chile y Argentina, en el Mercado Común del Sur (Mercosur), entidad que pidió unirse Venezuela y donde está en marcha un acuerdo de libre comercio con toda la CAN". *(El Diario-Bolivia, 16/08/03)*

Comunicado Conjunto de la Reunión de Cancilleres del Mercosur y de la Comunidad Andina

En el día 4 de agosto de 2003, se reunieron en la ciudad de Montevideo, Uruguay, los Cancilleres del MERCOSUR y de la Comunidad Andina para evaluar el estado de las negociaciones entre ambas agrupaciones con el fin de alcanzar un acuerdo de libre comercio en los términos del Acuerdo de Complementación Económica N° 56, suscrito en diciembre de 2002.

Los Cancilleres renovaron la determinación política de sus gobiernos de avanzar con sentido de urgencia en las negociaciones comerciales que representan el elemento indispensable para tornar realidad el anhelo común de un espacio sudamericano efectivamente integrado. Constataron, en ese sentido, que están dadas las condiciones para concluir este proceso de manera de cumplir el plazo establecido en el ACE N° 56.

La CAN hizo entrega de una propuesta de trabajo para la consideración de los Cancilleres del MERCOSUR. Dicho documento propone Pautas para guiar la negociación del Acuerdo de Libre Comercio; un Programa de Trabajo con un Cronograma de Reuniones de Negociación y agendas y un Programa de Cooperación que contemple el aprovechamiento de los mecanismos existentes del financiamiento del comercio y la inversión así como para impulsar la integración física, en especial las acciones del IIRSA.

El MERCOSUR recibió con beneplácito la propuesta de la CAN, considerándola una base positiva para avanzar en las negociaciones que permitan concretar el objetivo compartido.

Los Cancilleres convinieron en la necesidad de que las negociaciones sean conducidas con espíritu pragmático y constructivo, de modo de garantizar el acceso a los mercados de todos los productos, incluyendo a los sensibles, y dar certeza y previsibilidad a las normas y discipli-

nas que se acuerden.

Asimismo destacaron que las negociaciones entre MERCOSUR y Perú, que se encuentran en su fase final, se insertan en el marco de este proceso.

Los Cancilleres coincidieron que en las negociaciones se deberán tener en cuenta las asimetrías de las economías de los países involucrados, procurando alcanzar resultados que favorezcan su competitividad y productividad, contribuyendo a aumentar y diversificar los flujos de comercio.

Acordaron avanzar en el proceso de institucionalización mediante reuniones regulares de Ministros de Relaciones Exteriores y de Comercio. Además, subrayaron la conveniencia de mantener reuniones sectoriales de Ministros, comenzando con los de Agricultura. Señalaron la necesidad de crear un vínculo entre las Secretarías de la CAN y del MERCOSUR y en tal sentido encomendaron examinar temas de común interés en los cuales se puedan desarrollar trabajos y acciones conjuntas, incluyendo inversiones e integración productiva.

Los Cancilleres asimismo señalaron la conveniencia de crear un Foro Empresarial Permanente de ambas agrupaciones e incorporar la dimensión social en el proceso de integración.

Los Cancilleres acordaron que se realicen reuniones mensuales en la Sede de la Secretaría de la ALADI, con el fin de concluir las negociaciones antes del 31 de diciembre de 2003. La primera reunión tendrá lugar en la semana del 25 de agosto de 2003, a nivel Viceministerial. Asimismo, acordaron realizar una reunión a nivel Ministerial, en el mes de octubre, en la Sede de la Secretaría General de la CAN, en Lima, para evaluar la marcha de las negociaciones.

Los Cancilleres acordaron mantener un permanente monitoreo sobre el proceso de negociación

Ayuda Memoria de la Reunión Comunidad Andina - Mercosur

1. De conformidad con lo acordado por los Cancilleres de ambos bloques el 4 de agosto de 2003, se realizó en la sede de la Secretaría General de la ALADI, los días 27 y 28 de agosto de dicho año, la I Reunión entre la COMUNIDAD ANDINA y el MERCOSUR con el fin de concluir las negociaciones del Acuerdo de Libre Comercio antes del 31 de diciembre de 2003.

2. La delegación de la COMUNIDAD ANDINA estuvo coordinada por el señor Vice Ministro de Comercio Exterior e Integración de Ecuador, Cristian Espinosa Cañizares.

La delegación de MERCOSUR estuvo coordinada por el señor Subsecretario de Relaciones Exteriores de Uruguay, Embajador Guillermo Valles.

3. La Agenda de la Reunión figura en el Anexo I y la Lista de Participantes consta en el Anexo II.

4. Ambas delegaciones manifestaron su interés en que en esta reunión se realizaran las acciones necesarias para llevar a buen término las negociaciones en curso, reiterando la voluntad de sus Gobiernos de adelantar las mismas de manera pragmática y constructiva.

5. El MERCOSUR informó sobre los resultados de su reciente negociación que culminó con la suscripción del Acuerdo de Libre Comercio con Perú, así como de la forma en que las mismas se llevaron a cabo. Ambas delegaciones coincidieron en que el disponer de dichos resultados facilitará el desarrollo de las negociaciones del Acuerdo de Libre Comercio entre Colombia, Ecuador y Venezuela, Países Miembros de la COMUNIDAD ANDINA, y el MERCOSUR.

6. La COMUNIDAD ANDINA presentó una Propuesta de Texto de Acuerdo de Complementación Económica MERCOSUR - Colombia, Ecuador y Venezuela, la misma que teniendo como punto de partida los avances en las negociaciones entre ambos bloques a noviembre de 2002, tiene en consideración el Acuerdo MERCOSUR - Perú e incluye dos nuevos Títulos referidos a Infraestructura y Cooperación. Luego de su consideración por MERCOSUR, las delegaciones analizaron el Proyecto de Acuerdo sobre la base de la propuesta andina, reflejándose los resultados en el Anexo III. El MERCOSUR se comprometió a hacer llegar su contrapropuesta del Texto de Acuerdo con suficiente antelación a la II Reunión COMUNIDAD ANDINA - MERCOSUR.

7. Por su parte, MERCOSUR presentó propuestas de los siguientes textos de los Anexos del Acuerdo de Complementación Económica MERCOSUR - Colombia, Ecuador y Venezuela, destacando al respecto los aspectos más relevantes de las mismas:

a) Régimen de Salvaguardias. (Anexo IV)

La COMUNIDAD ANDINA adelantó que al 15 de setiembre responderá a la propuesta del MERCOSUR.

Asimismo manifestó la importancia de que sea incluida la Salvaguardia Agrícola en el proyecto de texto.

El MERCOSUR expresó su negativa a la inclusión de la salvaguardia agrícola en el Acuerdo.

El MERCOSUR entiende que las salvaguardias preferenciales entre ambos bloques deberá tener una duración limitada hasta que se complete la desgravación arancelaria.

b) Solución de Controversias. (Régimen Provisorio y Régimen Definitivo como - Anexo V y Anexo VI respectivamente)

La COMUNIDAD ANDINA adelantó que al 15 de setiembre responderá a la propuesta del MERCOSUR.

El MERCOSUR efectuó la aclaración de las diferencias entre ambos regímenes.

c) Normas Técnicas. (Anexo VII)

La COMUNIDAD ANDINA procurará responder antes de la próxima reunión de setiembre.

d) Medidas Sanitarias y Fitosanitarias. (Anexo VIII)

La COMUNIDAD ANDINA procurará responder antes de la próxima reunión de setiembre.

e) Régimen de Origen (Anexo IX)

8. Con referencia a la propuesta de la COMUNIDAD ANDINA para las negociaciones de un Acuerdo de Libre Comercio MERCOSUR-COMUNIDAD ANDINA, contenida en el documento presentado el 4 de agosto de 2003, el MERCOSUR expresó su posición que figura en el Anexo X. Por su parte, la COMUNIDAD ANDINA destacó que dichas Pautas constituían una flexibilización de la posición andina.

9. El MERCOSUR y la COMUNIDAD ANDINA acordaron trabajar en un marco de disciplinas comunes sobre el programa de liberación comercial y los requisitos específicos de origen, contemplando tratamientos bilaterales en caso que fuera necesario.

10. Las delegaciones acordaron realizar la II Reunión COMUNIDAD ANDINA - MERCOSUR, a nivel Viceministerial, los días 24 y 25 de septiembre, en la sede de la Secretaría de la ALADI; en tanto que la III Reunión se realizará los días 21 y 22 de octubre, en la sede de la Secretaría General de la Comunidad Andina.

11. Las delegaciones acordaron que en la II Reunión COMUNIDAD ANDINA - MERCOSUR, se analizarán los textos de los Anexos al Acuerdo teniendo en cuenta las contrapropuestas andinas a los textos presentados por MERCOSUR en esta reunión. Asimismo, se analizarán los cronogramas y ritmos de desgravación de las categorías de productos que conformarán el Programa de Liberación, y se intercambiarán las listas de desgravación inmediata y productos sensibles, especificando sus respectivos cronogramas de desgravación, y en lo posible las propuestas de Requisitos Específicos de Origen.

12. Las delegaciones acordaron trabajar en base a los datos suministrados por la Secretaría General de la ALADI, correspondiente al período 1998-2001 con el apoyo de las Secretarías de ambos bloques.

13. Las delegaciones agradecieron el apoyo prestado por la Secretaría General de la ALADI para el desarrollo de esta reunión.

Delegación de la COMUNIDAD ANDINA

Delegación de MERCOSUR